

## A REPERCUSSÃO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ITAIÇABA- CE

Maria Raqueliane de Melo Martins<sup>1</sup>  
Alana Kelly Rodrigues Lima<sup>2</sup>  
Jaiane Tatiele Alexandre Barboza Soares<sup>3</sup>  
Izandra Falcão Gomes<sup>4</sup>

### RESUMO

É certo que as avaliações têm assegurado papel de centralidade em processos educacionais. No Ceará, particularmente, há uma política de avaliação, denominada Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará - SPAECE, que tem foco no desempenho dos estudantes da Educação Básica, avaliando alunos do segundo, quinto e nono ano do Ensino Fundamental, bem como dos três anos do Ensino Médio. Portanto, o presente trabalho objetiva investigar como o SPAECE, enquanto política de avaliação estadual, se reflete nas ações de planejamento educacional no município de Itaiçaba, localizado no interior do estado do Ceará. Tendo isso em vista, realizamos a leitura do Plano Municipal de Educação e entrevistamos três funcionárias da Secretaria de Educação. Por fim, compreendemos que o referido município está bastante preocupado com os resultados desta avaliação que influenciam no recebimento do prêmio Escola Nota Dez.

**Palavras-chave:** Política de Avaliação, SPAECE, Escola Nota Dez.

### INTRODUÇÃO

A necessidade de ter maior controle sobre as atividades educacionais, com o objetivo de garantir resultados que pudessem contribuir no crescimento econômico e social do país, resulta na emergência de reformas educacionais que preconizassem a descentralização de poderes e autonomia dos entes federados. Tais reformas tiveram início sob as diretrizes de organismos de poder transnacional, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Banco Mundial, por volta dos anos 1990 e afetaram diretamente a elaboração e desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, [raquelianemelo88@gmail.com](mailto:raquelianemelo88@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, [alanarodrigues2505@gmail.com](mailto:alanarodrigues2505@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, [jaianetatiele@gmail.com](mailto:jaianetatiele@gmail.com);

<sup>4</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, [izandra.falcao@uece.com](mailto:izandra.falcao@uece.com).

A emergência de uma reforma justificada pela necessidade de modernização do Estado exigia, dentre outras ações, um maior acompanhamento das ações educacionais com o intuito de avançar na qualidade da educação. Sob a orientação desses organismos transnacionais, o Brasil aderiu as orientações do uso das avaliações, concretizando um nova relação do Estado, caracterizando-o como Estado Avaliador. Vale acrescentar que as ideias de construir sistemas avaliativos na educação vinha sendo amadurecido desde a década de 1930, embora com objetivo claramente estatístico, mas com o intuito de assessorar o “Estado em ações menos arbitrárias” (FREITAS, 2007, p.8). Com as reformas políticas, econômicas e administrativas ocorridas na década de 1990, com a aprovação da Lei n. 9394/1996), “instituiu-se um sistema de avaliação cujo propósito seria diagnosticar, informar, monitorar e criar uma cultura de melhoria da qualidade dos serviços educacionais” (GOMES, PIMENTA, PRAZIN, 2014, p.214). Mesmo antes da aprovação da LDB, o debate sobre as avaliações já reverberavam em vários estados que criaram modelos específicos, caso do Ceará, que ainda em 1992, criou o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará – SPAECE.

Portanto, compreendemos o lugar e importância das avaliações nacionais nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no Ceará, e percebemos a transferência de responsabilidades decorrente das medidas de descentralização. Diante de tais fatos, empreendemos pesquisa, que deu origem a este artigo, buscando examinar de que maneira a política estadual de avaliação, denominada SPAECE, se reflete nas ações de planejamento educacional no município de Itaiçaba-CE.

## **METODOLOGIA**

Na direção de atender aos objetivos da presente pesquisa, utilizamos uma entrevista semiestruturada com funcionárias da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Itaiçaba, localizada no interior no Ceará. Participaram da entrevista duas técnicas da Secretaria de Educação, formadoras dos professores de 1º a 3º ano do Ensino Fundamental, nominadas, neste trabalho, de F1<sup>5</sup> e F2<sup>6</sup>, e a gerente do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), chamada

---

<sup>5</sup> Técnica da Secretaria de Educação de Itaiçaba-Ce, realiza formações de professores do 1º ao 3º do Ensino Fundamental.

<sup>6</sup> Ocupa o cargo de Gerente do PAIC, graduada em Ciências da Religião e pós-graduada em Metodologias do Ensino Fundamental e Médio, atua no Ensino Fundamental I.

de F3<sup>7</sup>. Dialogamos, então, sobre as ações realizadas na escola<sup>8</sup> onde funciona o Ensino Fundamental I, tendo em vista a aplicação do SPAECE e levando em consideração a preparação anual para o momento da avaliação, bem como as atividades de intervenção após o resultado da mesma.

Além disso, fizemos um estudo documental, nomeadamente do Plano Municipal de Educação, datado de 2015, com validade até 2025. Por fim, observamos a realização de uma atividade pedagógica, precisamente um diagnóstico de leitura, com dois alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, que constitui parte da preparação para a avaliação e que explicaremos mais adiante.

## **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO**

No decorrer do século XX, o mundo passou por inúmeras transformações de cunho político e econômico que refletem e influenciam os mais diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, a crise econômica de 1970, originada sobretudo pela crise petrolífera e pela desregulamentação do sistema monetário internacional, levantou questionamentos acerca do Estado de Bem-Estar Social favorecendo o aumento da difusão das ideias neoliberais, que em seu bojo recomenda o Estado mínimo, com alegação de eliminar a ineficiência do estado e diminuir os gastos com o setor público.

Dentre as principais consequências impulsionadas por este cenário, podemos evidenciar as reformas realizadas no aparelho do Estado, principalmente, no setor educacional que passou a se organizar de acordo com as orientações de organismos transnacionais, como o Banco Mundial, a fim gerar resultados que contribuam para o crescimento e desenvolvimento econômico através de um maior controle exercido sobre a educação. Dessa forma, a partir da década de 1980 diversos países foram incentivados a realizar reformas nos seus sistemas educacionais de acordo com o ideário neoliberal. Alguns eventos a nível mundial marcaram o início de tais mudanças, como é o exemplo da Conferência Mundial de Educação para Todos,

---

<sup>7</sup> Técnica da Secretaria de Educação, formadora de professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, graduada em Ciências da Religião e História e pós-graduada em Educação Especial.

<sup>8</sup> Em Itaipava-CE, não há instituições particulares de ensino, então, há apenas uma escola pública municipal para a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II (cada uma funciona em um prédio diferente) e uma estadual para o Ensino Médio.

realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, que estabeleceu compromissos baseados na construção de uma educação de qualidade para todos com o princípio de equidade social.

Nessa perspectiva, mediante as orientações das instâncias transnacionais, na década de 1990 o Brasil implementou reformas educacionais calcadas nos fundamentos de descentralização de poder e de transferência de responsabilidades, de maneira que

O Estado passou a fomentar a política educacional, não atuando diretamente nas estruturas das escolas, mas repassando funções de administração e manutenção do ensino aos estados, municípios e às próprias instituições escolares (CABRAL NETO; OLIVEIRA *apud* OLIVEIRA; GARCIA 2014. p.3).

Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que o Estado ao liberar uma certa autonomia aos estados, municípios e escola não significa dizer que o mesmo abandona o seu controle sobre a educação, na verdade o mesmo proporciona, como afirma Ball (2002 p. 5) uma forma de “[...] regulação menos visível, mais liberal e auto-regulada”. Portanto, frente a esse contexto tornou-se urgente e necessário um mecanismo que fosse capaz de controlar e responsabilizar as ações educacionais, e a partir dessa crescente necessidade a avaliação despontou como uma ferramenta eficiente para regular e “[...] diagnosticar quantitativamente a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos pedagógicos e administrativos” (DIAS SOBRINHO *apud* OLIVEIRA; GARCIA. 2014. p.4). Além disso, viram a avaliação como um meio para subsidiar os planejamentos educacionais e nortear o desenvolvimento das políticas educacionais para que estas não sejam discrepantes quanto a realidade da educação.

Dessa forma, a partir da década de 1990 a avaliação passou a assumir uma determinada centralidade no tocante às políticas educacionais em curso no país. O que permitiu a consolidação de sistemas complexos de avaliação em todos os níveis educacionais, incentivado principalmente pelo maior financiador externo, o Banco Mundial.

Assim, a política de avaliação brasileira engloba diferentes programas que atendem todos os níveis de educação, como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica(SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio-(ENEM<sup>9</sup>), Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE), o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos- (ENCEJA), Provinha Brasil. Em 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da

---

<sup>9</sup> Inicialmente, o ENEM objetivava avaliar o aprendizado dos alunos e a qualidade do Ensino Médio de todo o país. Atualmente, este exame é porta de entrada para a universidade, tanto pública, a partir do SISU quanto particular através de programas como Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Educação foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-(IDEB). Simultâneo a estes sistemas nacionais de avaliação, vários estados foram induzidos e incentivados a criarem sistemas próprios de avaliação, como é o caso do Ceará que em 1992 instituiu o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-(SPAECE), a qual é o cerne da presente pesquisa; Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo-(SARESP), instituído no mesmo ano; Sistema Mineiro de Avaliação- (SIMAVE) constituído em 2000; Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco- (SAEPE), criado também em 2000 e o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná- (SAEP) desenvolvido em 2012.

Em face do exposto, é relevante salientar que embora a avaliação tenha assumido centralidade nas políticas educacionais desenvolvidas no país apenas na década de 1990, conforme Freitas (2007) a mesma tornou-se questão de interesse estatal ainda na década de 30 quando houve um forte incentivo a “ciência” e “técnica” de quantificar a educação. E que desde a década de 1960 se tem evidências do uso de teste educacionais, como ressalta Bonamino e Sousa (2012). Porém, situa-se apenas no final de 1980 os primeiros esforços na tentativa de organizar um sistema nacional de avaliação dos ensinos fundamental e médio, que se consolidou somente em 1992, e que foi denominado pelo Ministério da Educação – MEC como Sistema de Avaliação da Educação Básica –Saeb.

Diante disso, fica evidente que a avaliação educacional teve um grande progresso em todo o território brasileiro e a consolidação de uma política de avaliação tem-se sido concebida como imprescindível para o controle educacional, no processo de prestação de contas à sociedade e na transparência das ações executadas.

## **POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: BRASIL E CEARÁ**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi a primeira iniciativa de avaliação em larga escala para conhecer o sistema educacional brasileiro mais profundamente. Este começou a ser desenvolvido nos anos finais da década de 1980 e foi executado pela primeira vez em 1990.

No decorrer dos anos foram acontecendo modificações e reestruturações. Em 2005 o SAEB passou a ser constituído por duas avaliações, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), comumente conhecida como Prova Brasil, instituída com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ofertado nas escolas da rede pública e a Avaliação Nacional da

Educação básica (ANEB) que permaneceu com as características, objetivos e procedimentos da primeira avaliação em larga escala, ou seja, diagnosticar a educação básica do Brasil. No ano de 2013 para melhor verificar os níveis de alfabetização e letramento (leitura e escrita) em Língua Portuguesa e o desempenho em Matemática, foi incorporada ao SAEB a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Em 2017 ocorreram outras mudanças, até então somente o ensino fundamental da rede pública tinha resultados no SAEB, foi inserido as escolas de ensino fundamental da rede privada e as de ensino médio de ambas as redes. Dessa forma, passaram a ter resultados no SAEB, de modo que conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>10</sup>.

Conforme Castro (2009, p. 279) “Aplicado regularmente, a cada dois anos, desde 1995, o SAEB constitui-se hoje na maior fonte de dados para subsidiar pesquisas que analisam os fatores associados à aprendizagem”. Tem por objetivo principal avaliar os sistemas de ensino e oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais. Assim sendo, faz-se necessário análises precisas acerca dos fatores associados à aprendizagem, de forma a identificar o que os alunos são aptos a fazerem e quais aspectos dificultam a mesma.

Para alcançar uma investigação mais aprofundada sobre as especificidades educacionais por regiões, que não é possível somente com o SAEB, alguns estados implementaram um sistema próprio de avaliação em larga escala, que permite coletar informações do gestor da rede, o que não é possível em uma avaliação nacional. Este é o caso do Ceará que dispõe do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), uma avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do ensino fundamental e médio em língua portuguesa e matemática.

Após a implementação do SAEB, os resultados apontaram que o Estado do Ceará tinha três graves problemas a serem enfrentados, sendo estes: o acesso ao ensino básico e a sua universalização, a produtividade do sistema e a qualidade do rendimento escolar. Segundo Lima (2007) os gestores da secretaria preocupados com esses índices, decidiram implantar um sistema de avaliação como forma de monitoramento das políticas focadas na melhoria da

---

<sup>10</sup> Indicador sintético que permite definir metas e acompanhar a qualidade do ensino básico no País, fornecendo informações sobre o desempenho de cada uma das escolas brasileiras de educação básica” (CASTRO, 2009, p. 282).

qualidade da educação cearense. Por conseguinte, foi implementado, em 1992, o sistema de avaliação do Ceará.

Atualmente o SPAECE tem o objetivo de identificar o nível de proficiência dos alunos, bem como a evolução das turmas no decorrer dos anos. Compreende a avaliação de leitura dos alunos de 2º ano do Ensino Fundamental, conhecido por SPAECE-Alfa; e para o restante dos níveis de escolaridade que são alunos de 5º e 9º ano do EF e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, são avaliadas competências e habilidades das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Conforme Lima (2007) ressalta em sua pesquisa, para a realização do SPAECE, além dos testes de Língua Portuguesa e Matemática, também são aplicados três questionários: o primeiro busca obter dados sobre o estado físico e condições de funcionamento da escola; o segundo direcionado aos professores das disciplinas e séries avaliadas, visando levantar informações sobre o perfil do professor e sua prática docente; e o terceiro, aos diretores para conhecer o seu perfil e o tipo de gestão escolar.

Este sistema de avaliação está afixado na concepção de avaliação como estratégia imprescindível para a elaboração de informações aos gestores que objetivam monitorar as políticas educacionais, buscando aprimorar estas. Dessa forma, percebemos que o SPAECE procura atender as questões tanto do processo ensino-aprendizagem, como da gestão escolar.

## **ITAIÇABA-CE EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO: DESAFIOS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Como visto anteriormente, o estado do Ceará elaborou e implementou o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará- SPAECE, com o principal objetivo de melhorar a educação do estado, visto que a partir dos resultados obtidos com o Saeb o estado apresentou três graves problemas que necessitavam de uma resolução. Dessa forma, esta avaliação com foco no desempenho do aluno começou, aos poucos, a fazer parte da agenda de ações educacionais desenvolvidas pelos municípios cearenses. Nesse contexto, o município de Itaiçaba, segundo o Plano Municipal de Educação (PME), escrito em 2005, está entre os pioneiros da região na aplicação do SPAECE, em 2007 e vem se mantendo no desejável desde então.

Para isso, há uma parceria constante entre a cidade e o governo do estado através do Programa Alfabetização na Idade Certa ( PAIC) e Programa de Aprendizagem da Idade Certa

(Mais PAIC), sobretudo para o SPAECE- Alfa direcionados ao 2º do ensino fundamental, além de formação continuada com os professores, acompanhamento dos planejamentos, diagnósticos, simulados, reforços, entre outras atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, com vistas na aprendizagem do aluno e no alcance de bons resultados. Assim, todas as supracitadas atividades antecedem a aplicação do exame e acontecem durante todo o ano, como revela a F2 durante a entrevista: “Porque a gente trabalha não para esse momento, a gente trabalha o ano inteiro com o intuito da criança aprender” (F2).

No decorrer da entrevista com as funcionárias da Secretaria Municipal de Educação questionamos de que forma o SPAECE surgiu na cidade e como se deu esse processo inicial de implantação e aplicação da prova no município. A F1 relatou não saber ao certo como a avaliação chegou no município, porque ainda não trabalhava na Secretaria de Educação e só ficou a par do SPAECE quando este chegou nas escolas, visto que na época a mesma era professora do município. Então, ela disse acreditar que foi

[...] através de formações, por exemplo, veio né, foi formado o pacto e aí vem sempre o convite, né, a secretaria tem que aderir. Todo programa ou projeto que tem do governo primeiro a secretaria adere, né e depois a gente passa, aí a gente vai para as formações pra receber as capacitações e depois repassar (F1).

E sobre a aplicação da avaliação a mesma explicou que

No SPAECE era assim o pessoal da CREDE, que a nossa CREDE é a CREDE 10, ela vinha passar a formação pra gente que era aplicador, todas as instruções, a gente passava um dia com ela, via os slides que mostrava como era, aí depois a gente ia para as escolas aplicar (F1).

Durante a conversa com as funcionárias da Secretaria de Educação, tornou-se evidente que o SPAECE desempenha uma função muito significativa na escola. Ao visitar a escola que abrange todo o Ensino Fundamental I, isto é, do 1º ao 5º ano, percebemos o enaltecimento dos resultados dos anos anteriores, considerando SPAECE, enquanto avaliação a nível estadual, e IDEB a nível federal. Contudo, F3 afirmou que, embora soubessem da importância dessas avaliações, o objetivo principal de todas as atividades é a aprendizagem e evolução dos alunos.

De acordo com o resultado, a gente age em cima dele, a gente planeja, não é pra ele que a gente tá trabalhando, exatamente para o SPAECE, é para melhorar a aprendizagem, porque tem ele então vamos trabalhar, ele é a finalidade e não o meio (F3).

Assim sendo, ao receber os resultados dessa avaliação, o primeiro momento é o de apresentação e discussão, em conjunto com o corpo docente, para que se busque estratégias que garantam a aprendizagem dos alunos para o ano seguinte. Ou seja, a Secretaria de Educação



unida a toda comunidade escolar executa uma análise dos índices das turmas e dos alunos e a formaliza um plano de trabalho, tendo em vista as condições de trabalho dos professores e as situações que favorecem ou não o aprendizado das crianças.

Ao serem questionadas quanto a atuação e contribuição financeira do Estado no processo preparatório que antecede a prova, as mesmas afirmam que a contribuição deste baseia-se somente no prêmio Escola Nota 10, que é conquistado quando a escola atinge um bom resultado, como veremos na colocação a seguir. Caso contrário, quando a instituição não obtém o resultado esperado e, conseqüentemente não recebe o prêmio mas precisa dispor de material pedagógico para usar no processo de preparação, quem fornece os recursos é o próprio município que precisa se desdobrar para atender essa demanda.

“O município que dá seu jeitinho, o estado dá contribuição desse programa é a Escola Nota 10, se a gente atingir o resultado, mas com esse dinheiro é que a gente se programa, faz um plano de trabalho para comprar toda essa questão do pedagógico, a gente faz um plano de ação com essa repasse do ano passado para o ano seguinte” (F2).

A partir disso, percebemos a diminuição da responsabilidade do Estado no financiamento de uma educação de qualidade para todos, na medida em que este transfere suas responsabilidades para as esferas locais e se [...] exime da condição de prestar o devido suporte para o desenvolvimento da ação educativa (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p.99). Nesse sentido, torna-se evidente que há um grande incentivo à competição entre as instituições escolares no alcance de metas educacionais, que possuam culminância no prêmio Escola Nota 10, com o intuito de receber os incentivos financeiros que serão aplicados nas próprias instituições. Nesse contexto, fica claro que avaliação fortalece às políticas de quase mercados educacionais, que se coaduna com o ideário neoliberal “[...] na medida em que fomenta a competitividade entre as instituições [...]” (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p.101) e incentiva que as escolas tornem-se empreendedoras e compitam por fundos.

Além disso, mediante a fala das funcionárias, constatamos também uma certa contradição no discurso do Estado sobre educação de qualidade para todos, posto que o mesmo exige que as instituições escolares disponham de um ensino de qualidade e bons resultados, porém, não se atenta para a realidade e contexto em que a instituição encontra-se inserida e não oferece recursos suficientes para que os resultados e um ensino de qualidade sejam alcançados. Dessa forma, as escolas que não dispõem de uma melhor condição, possivelmente não

alcançarão tais resultados e, conseqüentemente não receberão nenhum incentivo financeiro, fato que contribuirá para a permanência em uma situação cada vez mais precária.

Também questionamos essas funcionárias acerca da eficiência do SPAECE enquanto avaliação, isto é, se este exame contempla tudo que o aluno deve aprender e se, ao final, elas percebem que o resultado corresponde ao que, de fato, o aluno aprendeu. Segundo a Gerente do PAIC do município de Itaiçaba, embora com falhas, os conteúdos contemplados na avaliação e toda a preparação a antecede, garante o cumprimento do seu objetivo que é ter “a criança lendo e compreendendo” (F2).

Posteriormente, falou, ainda quão benéfico pode ser o SPAECE para as escolas, pois oferece um “direcionamento de avaliação, um controle de todos os níveis da criança” (F2), considerando também que

É através dessa avaliação é que a gente se planeja, com as nossas estratégias e metodologias para melhorar a condição do aluno, da escola, do professor aperfeiçoar cada vez mais sua metodologia, seu plano de aula, conhecer mais as crianças em que nível ela está e do que ela precisa melhorar (F2).

Outrossim, durante a entrevista, conversamos a respeito da sobrecarga, associada também a toda burocracia, a que essa avaliação pode submeter a escola, os professores e os alunos. Obtivemos a seguinte resposta:

Sobrecarrega, mas você tem que dar seu jeitinho. Hoje a gente leva a avaliação mais para o lado do SPAECE, a gente se preocupa muito porque a gente tem que preparar essa criança para essa prova, para esse teste, se ela sabe mesmo. Mas é uma preocupação que é boa para escola, para o professor e para a comunidade em geral porque temos um caminho a seguir, todos estão na mesma reta, querendo um objetivo que é aprendizagem da criança, apesar de ser também medida essa aprendizagem. A gente se preocupa por que é um trabalho que a gente fez bom ou mau, por isso que a preocupação sobrecarrega saber o que está fazendo, mas é muito bom porque temos um norte, nós sabemos onde vamos (F2).

A partir dessas afirmações, podemos constatar a grande responsabilização do professor como único incumbido de lograr bons números, ou seja, se os resultados não são os pretendidos e esperados, é consequência do trabalho mal desempenhado do professor. Dessa forma, frente a colocação da funcionária percebemos que

[...] confere-se maior visibilidade aos atores locais, tornando gestores, professores e os funcionários das escolas os responsáveis pelos resultados educacionais, sem que se preste a mesma visibilidade às ações que o Estado deveria empreender para que o trabalho educativo tenha qualidade efetiva (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p.97).

Nesse sentido, fica claro o objetivo da manobra executada pelo Estado ao conferir autonomia e poder as esferas locais. O mesmo minimiza sua responsabilidade de oferecer uma

educação de qualidade para todos e responsabiliza os atores educacionais pelos fracassos educacionais.

## REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As avaliações externas elaboradas como um procedimento amplo que compreende escolhas políticas, ideológicas e técnicas, tem se transformado em um importante instrumento para a supervisão e acompanhamento de alunos e escola. A justificativa para as experiências iniciais dessas avaliações no Brasil esteve relacionada ao fato de que eram necessárias para acompanhar o funcionamento das redes de ensino e permitir que os gestores dispusessem de subsídios para a formulação de políticas educacionais voltadas para as dificuldades encontradas com base nos resultados, que por sua vez sobrevieram das aprendizagens dos alunos.

Entretanto, apenas a avaliação externa a nível nacional não se fazia eficaz para o acompanhamento de cada escola em específico. Destarte, alguns estados optaram por criar seus próprios sistemas de avaliação em larga escala, dentre eles o Ceará, que criou o SPAECE, enfoque neste trabalho, mais especificamente em Itaiçaba – CE, onde ao pesquisarmos acerca do tema percebemos o quanto as escolas do referido município estão engajadas e focadas em obterem resultados satisfatórios para atingir os índices determinados pelo Estado, que indica se a escola é Nota 10 ou não.

Inferimos que essa avaliação implica em mudanças no processo escolar durante o decorrer do ano letivo, sobrecarrega professores, porém, como mencionado pelas entrevistadas, estes se dispõem a atrelar essa sobrecarga ao cotidiano para que consigam desenvolver o trabalho da melhor forma possível. Os alunos e todos os envolvidos com a educação do município também ficam assoberbados com a preparação para essa avaliação. O Estado não oferece incentivo financeiro para a preparação que antecede o SPAECE, dessa forma, dificultando o processo que é custeado pelo município. À vista disso, constatamos que o Estado diminui sua responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade para todos, quando não faz um repasse financeiro que contribuiria para um melhor desenvolvimento desse processo. Consequentemente, essa responsabilidade recai sobre as esferas locais.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação, Portugal, p.3-23, 2002.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interfaces com o currículo da/ na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, p.373-388, 2012.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil.** Meta: Avaliação/ Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 2009.

LIMA, Aléssio Costa. **O sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do estado.** 2007. 248 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, Larissa F. Santos. GARCIA Luciane T. Santos. **Políticas de avaliação educacional no Brasil: concepções e desafios.** 2014. Disponível em <  
[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT6/GT6\\_Comunicacao/LarissaFernandaDosSantosOliveira\\_GT6\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/LarissaFernandaDosSantosOliveira_GT6_integral.pdf)> Acesso em: 13 set 2019

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. **O estado-avaliador e a construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).** In: CASTRO, Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (Org.). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira.** Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2012. p. 93-122

GOMES, Izandra F; PIMENTA, Sônia *et. Al.* **Avaliação Educacional: perspectivas para a qualidade da Educação.** In: PIMENTA, Maria Alzira Pimenta; PIMENTA, Sonia Pimenta (orgs). **Avaliação em perspectiva: da concepção a ação** Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.